

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO – CTIL-G – 03.09.2020

1 No dia 03 do mês de Setembro de 2020, às 13h00, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios
2 Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê Guandu/RJ, deu início à 5ª Reunião Ordinária da
3 Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão, não presencial, via plataforma de
4 videoconferência, tendo como pauta os seguintes assuntos: **1 - Apresentação, Leitura e**
5 **aprovação da Pauta; 2- Aprovação da minuta de ata da reunião de 06.08.2020; 3- Analisar**
6 **e, estando de acordo, emitir concordância para envio à Plenária da minuta de Resolução**
7 **sobre “a criação de uma conta reserva para custeio da delegatária para situações**
8 **emergenciais de ausência de repasse de recurso”;** 4- **Analisar e, estando de acordo, emitir**
9 **concordância para envio à Plenária da minuta de Resolução que dispõe sobre alterações**
10 **na resolução INEA nº167/2018; 5 - Minuta de Resolução que “Institui regras de decoro e**
11 **convivência do Comitê Guandu- RJ e da outras providências”;** 6 - **Informes.** As 14h00min
12 O coordenador André Luiz (FAM-Rio) deu início a 5ª Reunião Ordinária da CTIL-G. André Luiz
13 (FAM-Rio) iniciou a discussão do **Item 1 Apresentação, Leitura e aprovação da Pauta;** Fatima
14 Rocha (AGEVAP) fez a contextualização sobre o assunto que já havia sido debatido em reunião
15 anterior, e havia sido encaminhado pela CTIL-G o retorno da discussão sobre a resolução que
16 versa a respeito de decoro em reuniões. Desta forma foi solicitado pela Diretoria a inclusão do
17 assunto em pauta, a resolução de decoro. José Arnaldo (PM Nova Iguaçu) questionou como
18 será o debate na reunião. Fátima Rocha (AGEVAP) disse que pode ser dado continuidade do
19 material analisado pela CTIL-G caso a Câmara aprove. Todos decidiram a favor da inclusão de
20 pauta. **Item 2- Aprovação da minuta de ata da reunião de 06.08.2020;** Sem considerações, a
21 ata foi aprovada sem manifestações contra. **Item 3 - Analisar e, estando de acordo, emitir**
22 **concordância para envio à Plenária da minuta de Resolução sobre “a criação de uma**
23 **conta reserva para custeio da delegatária para situações emergenciais de ausência de**
24 **repasse de recurso”;** Fatima Rocha (AGEVAP) apresentou o item de pauta. Andre Luiz (FAM-
25 Rio) questionou o termo ações judiciais no Artigo 2º. José Arnaldo (PM Nova Iguaçu) questionou
26 em que casos entra as ações judiciais e pediu para deixar claro na minuta. Jacqueline Guerreiro
27 (FONASC) sugeriu não aprovar no momento e que seja solicitado uma análise jurídica do INEA.
28 André Luiz (FAM-Rio) citou o Artigo 4º onde diz que a entidade delegatária não terá controle
29 sobre a verba reserva. Jacqueline Guerreiro (FONASC) sugeriu tirar a proposta caso adicione
30 no artigo 4º uma análise jurídica. Mayna Coutinho (CEDAE) questionou como está a resolução
31 dos outros comitês nesse ponto de questionamento. Fátima Rocha (AGEVAP) respondeu que
32 esta minuta é uma cópia das já aprovadas nos outros comitês. José Arnaldo (PM Nova Iguaçu)
33 sugeriu que o texto está muito aberto a outras possibilidades. Andre Luiz (FAM-Rio) sugeriu
34 todos fazerem a leitura, colocar suas contribuições e encaminhar para o parecer jurídico para
35 depois fazer a aprovação. Marcelo Danilo (ANAGEA) disse que deve ser feita uma avaliação de
36 estudo da resolução, pois a mesma precisa ser melhor analisada. José Arnaldo (PM Nova
37 Iguaçu) questionou se o valor será acumulativo. Fátima Rocha (AGEVAP) respondeu que não,
38 neste caso está em discussão o valor de custeio e não o valor de projetos, o que é repassado
39 para funcionamento da delegatária, o valor anual do contrato de gestão. A mesma explicou como
40 se dá a devolução do saldo no fim do exercício. Sendo de forma que o ano seguinte é repassado
41 somente o valor complementar do custeio. Desta forma, foi esclarecido como se dá a prestação
42 de contas e devolução do recurso não utilizado no custeio. André Luiz (FAM-Rio) sugeriu
43 suavizar os termos do texto. José Arnaldo (PM Nova Iguaçu) questionou quanto de dinheiro tem
44 na AGEVAP, pois criar uma conta reserva implicaria em repassar mais recursos para a agência.
45 Fátima Rocha (AGEVAP) explicou que o recurso a ser reservado não tem relação com o saldo
46 em conta para projetos e ações do Comitê, mas se trata exclusivamente do recurso para o
47 custeio, conforme explicado anteriormente. Os recursos em conta para projetos não são
48 utilizados pela agência para o custeio, são recursos de linhas diferentes. A conta reserva seria
49 um mecanismo para evitar que a agência seja impedida de funcionamento, em momentos de

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO – CTIL-G – 03.09.2020

50 crise no Estado ou qualquer outra situação emergencial de falta de repasse do custeio, como já
51 ocorrido algumas vezes. Situação esta que pode implicar na paralisação das atividades do
52 Comitê. Marcelo Danilo (ANAGEA) disse que acompanhou de perto essa situação no BIG, em
53 que funcionários tiveram salário atrasado por conta da falta de repasse. Logo, entende a
54 importância da criação da conta reserva, e que a minuta só precisa de uma melhoria no texto.
55 Os membros concordaram que será necessário melhor avaliação e melhor entendimento do
56 funcionamento dos repasses e utilização dos recursos antes de discutir a resolução e solicitaram
57 a apresentação das contas e saldos dos recursos na AGEVAP. **Encaminhamentos: 1 –**
58 **Solicitar parecer jurídico para a minuta de resolução que cria a conta reserva, explicando**
59 **os termos marcados em que não houve entendimento (“ações judiciais”, no artigo 2º por**
60 **exemplo); 2 – Apresentação das contas contábeis/financeiras do uso dos recursos**
61 **financeiros da AGEVAP para embasar a análise da minuta de criação da conta reserva;**
62 Todos concordaram que a Câmara Técnica precisa analisar com mais calma a resolução.
63 **Item 4- Analisar e, estando de acordo, emitir concordância para envio à Plenária da minuta**
64 **de Resolução que dispõe sobre alterações na resolução INEA nº167/2018;** Fátima Rocha
65 (AGEVAP) fez uma contextualização a respeito da problemática de doação de bens patrimoniais
66 e a publicação da resolução nº 167/2018 do INEA que elencou alguns itens como forma de
67 facilitar e atender os problemas já vivenciados pelos Comitês. Exemplificou a premiação do
68 Concurso O Fantástico Mundo da Água, em que foi necessário solicitar à Procuradoria do INEA
69 o parecer para entregar as bicicletas aos vencedores do concurso, e que isto gerou um processo
70 de mais de 6 meses com juntada de documentos e justificativas do projeto e demais aprovações
71 do Comitê para embasar a aprovação da procuradoria.. Marcelo Cruz (AGEVAP) apresentou a
72 proposta de minuta já discutida no Grupo de Trabalho de Prevenção e Combate a Queimadas -
73 GTPCQ. O objetivo seria enviar ao INEA uma proposta de alteração da Resolução 167/2018.
74 Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) questionou sobre a aquisição de bem e se a resolução
75 se aplicaria nos projetos de pesquisa. O que foi respondido que a resolução INEA abrange
76 qualquer doação no âmbito dos comitês do Estado. José Arnaldo (PM Nova Iguaçu) questionou
77 que não está no texto o decreto regulamentador em questão de equipamentos. Marcelo Danilo
78 (ANAGEA) questionou que se embasar em legislação federal não pode causar um problema de
79 não conseguir fazer alteração na questão de doação de materiais. Sandra Borges (P.M. Nova
80 Iguaçu) disse que o material que precisa para o combate de incêndios ficou limitado mas a ideia
81 é que deixasse aberto para o Comitê fazer um relatório da necessidade do uso e facilitar os
82 pedidos. Por unanimidade a proposta de encaminhamento ao INEA para fazer as alterações foi
83 aprovada. **Item 5 - Minuta de Resolução que “Institui regras de decoro e convivência do**
84 **Comitê Guandu- RJ e da outras providências”;** Fatima Rocha (AGEVAP) apresentou o item
85 de pauta explicando que a discussão desta minuta teve início em reunião anterior e sugeriu
86 continuar o debate da mesma. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) disse que a minuta está
87 muito focada na falta de decoro dentro da reunião e sugeriu incluir consequência para quebra
88 de decoro fora de reuniões e acrescentar pontos sobre discriminação. Jacqueline Guerreiro
89 (FONASC) disse que é uma situação lamentável chegar no ponto de ter uma resolução como
90 essa, disse que todos estão passíveis a ultrapassar limites e sugeriu trocar os termos decoro e
91 infrator. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) ressaltou que não vê a necessidade da discussão
92 desta minuta visto não perceber situações de falta de decoro, apesar de durante as discussões
93 as pessoas se exaltarem um pouco, mas nada que gere algum tipo de processo. Solicitou
94 esclarecimentos sobre o porquê do assunto estar sendo discutido já que a minuta não estava
95 incluída na pauta. Ressaltou que algumas situações que acontecem nos bastidores são mais
96 perigosas. José Arnaldo (PM Nova Iguaçu) disse que leu o código de ética da Câmara dos
97 Deputados e a mesma versa sobre omitir e prestar informações falsas e sobre fraudar trabalhos
98 legislativos que seriam importantes de incluir na minuta. Exemplificou com situações anteriores
99 registradas em ata, e a diretoria fez uma leitura em defesa da não transparência. Disse que as

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO – CTIL-G – 03.09.2020

100 solicitações de inclusões debatidas na reunião anterior não foram incluídas. Questionou o porquê
101 do assunto estar entrando em discussão se não estava incluso, afirmou que o assunto é uma
102 insistência, talvez da AGEVAP, e citou a carta que recebeu por quebra de decoro ao dirigir um
103 xingamento à funcionária Fátima Rocha. Disse não entender o porquê discutir sobre assuntos
104 mais importantes a serem debatidos. Sugeriu arquivar e fazer com mais calma depois. André
105 Luiz (FAM-Rio) pediu calma e sugeriu que continuasse a fala depois para seguir o tempo de fala.
106 Que o documento é fortalecedor e faz refletir os pontos de pauta. Toda opinião é considerada e
107 enriquece muito. Todos têm a oportunidade de se expressar. Fátima Rocha (AGEVAP)
108 esclareceu que o documento foi apresentado e debatido pela CTIL-G em reunião de 06 de agosto
109 e o encaminhamento foi de retornar o assunto em reunião posterior. Desta forma, por não ter
110 sido incluída em pauta, a Diretoria solicitou pedir à CTIL-G a continuidade do debate. Desta
111 forma, foi solicitado e a Câmara aprovou a inclusão e a continuidade da discussão a partir do
112 ponto em que parou na reunião anterior. Todas as solicitações estão sendo incluídas em tempo
113 real conforme as falas na reunião e no fim a minuta passará por decisão da Câmara. Disse que
114 em momento algum ela afirmou ter sido xingada diretamente pelo José Arnaldo, mas que houve
115 sim xingamentos feitos em reunião, e no momento ela estava ausente. Acrescentou, que acredita
116 ser importante regras para que se estabeleça o respeito nos posicionamentos dos presentes em
117 reuniões do Comitê, seja entre convidados, membros ou funcionários, visto que o Regimento
118 Interno versa sobre cada membro ter o bom senso do decoro e boa convivência, porém, alguma
119 falas e posicionamentos estão fugindo do bom senso. Toda proposta está sendo acatada, e a
120 secretaria executiva apenas apoia e inclui as sugestões conforme decidido pela instância.
121 Andreia Loureiro (P.M Queimados) questionou quem solicitou a inclusão da pauta e que ela não
122 foi consultada para a inclusão. Fatima Rocha (AGEVAP) respondeu que havia respondido por
123 chat, mas repetiu que foi uma solicitação aprovada por maioria da diretoria através de email
124 em que todos os diretores estão copiados, inclusive a mesma. Logo, a solicitação foi apresentada
125 à CTIL-G no início da reunião e aprovada pela instância. Andreia Loureiro (P.M Queimados)
126 solicitou registrar em ata que a mesma não teve ciência da solicitação e que é contrária à
127 resolução. Em resposta à Mayná Coutinho, disse que caberá à CTIL-G aprovar a resolução e
128 que seus questionamentos se referem a problemas internos com a Secretaria Executiva.
129 Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) disse que todas as reuniões citam a necessidade da
130 resolução e não cabe ficar adiando. Jose Arnaldo (PM Nova Iguaçu) citou o Artigo 5 e disse que
131 deve haver apuração e tem que ser detalhado os acontecimentos na carta de ofício para que
132 tenha direito a defesa. Markus Stephan (ADEFIMPA-RJ) disse que quem recebe as cartas de
133 ofício se sente ofendido também e sugeriu adiar a discussão. Mayna Coutinho (CEDAE) disse
134 que este assunto não está sendo trabalhado no GTRI e que não deve ficar adiando a discussão.
135 Amisterdan Ribeiro (P.M Piraí) disse estar preocupado em não estar ciente do documento e que
136 ele deveria ser discutido em todas as câmaras técnicas para que não seja passado somente
137 pela CTIL-G e fique engavetado. André Luiz (FAM-Rio) disse que o objetivo é que o documento
138 passe pela reunião de 17 de setembro. Amisterdan Ribeiro (P.M Piraí) ressaltou que sua
139 preocupação é que o assunto seja engavetado. José Arnaldo (PM Nova Iguaçu) citou
140 interferências feitas nas últimas eleições que poderiam ter comprometido as chapas e a
141 importância de explicitar a complementação no documento, não ficando preso somente em
142 situações de assédio. Contribuição incluída no artigo segundo. Sugeriu que o texto seja
143 divulgado com máxima de antecedência e some contribuições de todos os membros para chegar
144 na próxima reunião Plenária de forma mais enxuta, apenas para aprovação. Desta forma atende
145 ao que o Amisterdan colocou. Markus Stephan (ADEFIMPA-RJ) disse na parte da manhã, a
146 CTEG solicitou o encaminhamento desta resolução. Concorde com Mayná que a reunião
147 conjunta sobre a barragem já será muito extensa, mas que deve ser discutida com tempo e
148 chegar mais fácil na Plenária, que não há necessidade de ter pressa na resolução. Foi inserido
149 ponto a respeito do processo eleitoral. Amisterdan Ribeiro (P.M Piraí) sugeriu trocar o termo

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO – CTIL-G – 03.09.2020

150 punição por sanções. Foi realizada leitura de todo o documento para os ajustes finais. Após a
151 inserção de todas as contribuições e ajustes, a minuta foi colocada em votação. Por 7 votos
152 favoráveis, foi aprovado o encaminhamento desta resolução. **Encaminhamento: Encaminhar**
153 **a minuta de resolução de boa convivência para aprovação. Item - 6 - Informes;** Fatima
154 Rocha (AGEVAP) informou que na reunião da CTEG, foi dito pelo coordenador Markus Stephan
155 que foi acordado entre os coordenadores das CTs realizar a reunião extraordinária para
156 discussão sobre a barragem da tomada d'água no dia 17 de setembro. Porém, a secretaria
157 executiva ainda está em contato com as instituições para acordar datas e para o recebimento de
158 toda a documentação, conforme solicitado pela Plenária e não há garantias ainda de que se
159 consiga fechar esta agenda para dia 17. Desta forma, manteria todos informados sobre
160 alterações na data da referida reunião. Fátima Rocha (AGEVAP), em leitura aos comentários do
161 chat, ratificou então, o encaminhamento de envio da resolução para aprovação em Plenária. As
162 17h30min o coordenador André Luiz (FAM-Rio) agradeceu a presença de todos e encerrou a
163 reunião. Eu Thatielle de Góis Rodrigues tomei a termo esta ata que segue assinada por:

164

165

166

André Luiz dos Santos (FAM-Rio)
Coordenador

Marco Antonio Barbosa (CREA-RJ)
Subcoordenador

167

168 **Membros Presentes:** Mayna Coutinho (CEDAE), Rinaldo José (Light), Franziska Huber (FAETERJ-
169 Paracambi), Marcelo Danilo (ANAGEA) (ANAGEA), André Luiz (FAM-Rio), Paulo Garcia (PM Japeri),
170 Andreia Loureiro (PM Queimados), Marco Antonio (CREA-RJ), Jacqueline Guerreiro (FONASCH), José
171 Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu);

172 **Membros Ausentes:** Lia Motta (TERNIUM), Janaina da Silva (CK-Paracambi),

173 **Convidados:** Fatima Rocha (AGEVAP), Lucas Almeida (AGEVAP), Thatielle Góis (AGEVAP), Pedro Paes
174 (P.M. Nova Iguaçu), Marcelo Cruz (AGEVAP), Markus S.W.Budzynkz (ADEFIMPA-RJ), Luis Jupy
175 (FIRJAN), Sandra Borges (P.M. Nova Iguaçu), Amisterdan Ribeiro (P.M. Pirai).